



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

PORTARIA N.º. 131 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2009.

Outorgar a Frigorífico JBS S.A, o direito de uso dos Recursos Hídricos para captação de água no Córrego Jaracatiá.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições constitucionais previstas no Art. 71, inciso IV, da Constituição do Estado de Mato Grosso, e legais, que lhe confere a Lei Complementar n.º 214, de 23 de junho de 2005, que cria a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA/MT; e,

Considerando os Termos da Lei Estadual 6.945, de 05 de novembro de 1997, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando o Decreto 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de Outorga de águas no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução CEHIDRO n.º27, de 09 de julho de 2009, que estabelece critérios técnicos a serem aplicados nas análises dos pedidos de outorga superficial de rios de domínio no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução CEHIDRO n.º29, de 24 de setembro de 2009, que estabelece critérios técnicos referentes à outorga para diluição de efluentes em corpos hídricos superficiais de domínio no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Instrução Normativa n.º11, de 03 de setembro de 2008, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para os processos de Outorga de uso de Recursos Hídricos de águas de domínio do Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1º Outorgar a Frigorífico JBS S.A., CNPJ n.º 02.916.265/0009-58, doravante denominada Outorgada, o direito de uso dos Recursos Hídricos para captação de água no Córrego Jaracatiá, afluente pela margem direita do Rio Teles Pires, com a finalidade de abastecimento e diluição de efluentes do frigorífico para abate de bovino no município de Colíder, Estado de Mato Grosso, com as seguintes características:

I – coordenadas geográficas do ponto de captação: 10º46'12,18" S de Latitude Sul e 55º27'26,13" W de Longitude Oeste; e,

II – vazão máxima diária de captação de 100 m³/h (0,0278 m³/s.), operando 06 (seis) horas por dia, 30 (trinta) dias por mês, durante 180 (cento e oitenta) dias, perfazendo um volume máximo total de 180.000,00 m³;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

III - coordenadas geográficas do ponto de lançamento para diluição: 10°46'14,2" S de Latitude Sul e 55°27'34,3" W de Longitude Oeste; e,

IV - vazão máxima de lançamento de 40,32 m³/h (0,0112m³/s), e carga máxima de 16,128 kg de DBO/dia.

Art. 2º A outorga objeto desta Portaria, vigorará até 10 de junho de 2010, podendo ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

I – descumprimento das condições estabelecidas no art. 1º, desta Portaria;

II – conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos;

III – incidência no art. 18 e incisos I e II do art. 12 do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007;

IV – indeferimento ou cassação de licença ambiental;

Parágrafo único. Para minimizar os efeitos de secas, o uso outorgado poderá ser racionado, conforme previsto no art. 20 e seus parágrafos, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007.

Art. 3º Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

I – quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas; e

II – quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos recursos hídricos.

Art. 4º A Outorgada responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer da presente outorga.

Art. 5º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pela Outorgada, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 6º Esta outorga deverá ser alterada, conforme Parecer Técnico nº 58/GO/CCRH/SURH/2009, mediante apresentação de requerimento à SEMA/MT, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término de sua validade.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

Art. 7º O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos dos art. 13 e 14 da Lei Estadual nº 6.945, de 05/11/1997.

Art. 8º A Outorgada se sujeita a fiscalização da SEMA/MT, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá, 10 de dezembro de 2009.

**REGISTRADA,
PUBLICADA,
CUMPRA-SE.**

LUIS HENRIQUE CHAVES DALDEGAN
Secretário de Estado do Meio Ambiente

(Original Assinada)

****Publicada no D.O.E. do dia 10/12/2009.***